DÉFICIT HABITACIONAL: O TAMANHO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Guilherme Antônio Correa Cunha²⁷

A cada ano que passa, percebemos o agravamento da desigualdade social, praticamente em todos os países do mundo, não sendo, portanto, um fenômeno observado apenas em países em desenvolvimento.

Recentemente, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, a rede de organizações não governamentais, Oxfam, produziu um relatório, cuja conclusão foi: “a desigualdade econômica está fora de controle”.

É natural fazermos uma associação direta entre a desigualdade social e a concentração de renda, no entanto, precisamos entender melhor essas variáveis e as derivações decorrentes destas relações, para identificarmos as verdadeiras causas que afetam a distribuição de riquezas e, por conseguinte, as possíveis consequências sociais.

Via de regra, sentenciamos o capitalismo como o principal responsável pela desigualdade e concentração de riqueza, no entanto, precisamos também reconhecer que esse sistema econômico representa a principal força motriz da construção e desenvolvimento da economia contemporânea.

Em sua essência, o capitalismo diz respeito à produção de bens e serviços com o objetivo de ganhar dinheiro, ou seja, o propósito é obter lucro para reinvestir na produção e acumular capital. Isso é o que chamamos de taxa de retorno: o lucro que se recupera do investimento expresso numa porcentagem.

O desequilíbrio acontece quando a taxa de crescimento da economia não acompanha o crescimento da taxa de retorno das empresas, ou seja, o excesso de capital não é distribuído para gerar o desenvolvimento da economia. Nessas situações, verificamos a concentração de riqueza na mão de poucas pessoas, que, geralmente, colocam seus interesses a frente dos interesses da coletividade.

Em contraponto ao capitalismo e às economias de mercado liberais, temos o modelo econômico chinês que reinveste de forma eficiente e estratégica as taxas de retorno de suas empresas, públicas e privadas, promovendo o crescimento sustentável de sua economia e investindo em economias de outros países.

²⁷ Possui graduação em Direito pela UNIPÊ com especialização em Compliance e Governança. Atualmente é Diretor Executivo de Relacionamentos e Negócios na Caixa Econômica Federal e mestrando em Economia no IDP.

O último Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) da Organização das Nações Unidas (ONU) apontou o Brasil como um dos países com maior concentração de renda do mundo e com baixos índices de desenvolvimento humano. O nosso IDH (índice de desenvolvimento humano) atingiu 0,761, ficando numa posição bem desconfortável, em relação a outros países do nosso continente.

Os principais indicadores que acompanham a qualidade de vida das populações e medem o desenvolvimento humano são dois: o IDH (índice de desenvolvimento humano), publicado anualmente pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), e o "Coeficiente de Gini", que é uma medida utilizada para mensurar o nível de desigualdade dos países, segundo renda, pobreza e educação.

Em nenhum dos indicadores acima, percebemos a mensuração do déficit habitacional como um componente relevante de avaliação da desigualdade social. A necessidade de moradia constitui uma variável importante na implementação e avaliação de políticas públicas.

Quando mensuramos a quantidade de pessoas que não tem moradia ou que habitam em moradias precárias (submoradia), estamos, conseqüentemente, avaliando a falta de infraestrutura básica, educação, saúde, segurança, emprego e renda, enfim, um conjunto de fatores que retrata muito bem a desigualdade social e que estão relacionados diretamente ao déficit habitacional.

“Um problema decorrente da desigualdade de renda é o fato de que famílias pobres geralmente vivem em regiões com menos acesso a serviços essenciais” (AZONNI et al, 2000).

Recentemente, os mestrandos de economia do IDP (Instituto Brasiliense de Direito Público), Anderson Aorivan da Cunha Possa e Elísio de Azevedo Freitas, publicaram um artigo sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, no qual destacam com muita propriedade:

“Portanto, em vista dessas questões, este último requisito não foi cumprido, pois a solução estatal não se demonstrou superior a regulação que o próprio mercado poderia prover, inclusive, ficando isso claro no gráfico acima, cujo último ano da série histórica apresenta o maior crescimento de déficit habitacional em 10 anos, ou seja, na vigência do programa, os imóveis inflacionaram e não houve diminuição da falta de moradias; pelo contrário, verifica-se um aumento expressivo.”

Conforme foi demonstrado no estudo acima, apesar do programa Minha Casa Minha Vida ter construído mais de 5,5 milhões de unidades habitacionais nos últimos 10 anos, o déficit habitacional no Brasil continua sendo um sério problema social.

Segundo a Fundação João Pinheiro, em parceria com o Ministério das Cidades, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (PNUD), mais de 80% do déficit habitacional brasileiro está localizado em famílias com renda mensal de até 03 salários mínimos, conforme planilha abaixo.

Especificação	Faixas de renda mensal familiar (em salários mínimos)			
	até 3	mais de 3 a 5	mais de 5 a 10	mais de 10
BRASIL	83,9	9,7	5,0	1,4
<i>Total das RMs</i>	<i>82,9</i>	<i>10,0</i>	<i>5,6</i>	<i>1,5</i>
<i>Demais áreas</i>	<i>84,4</i>	<i>9,5</i>	<i>4,7</i>	<i>1,4</i>

Fonte: Dados básicos: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)-IBGE, v.34, 2014.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

É importante destacar que a maioria desse percentual de famílias com renda até 03 salários mínimos faz parte da informalidade do mercado de trabalho, não possuindo, portanto, formas de obter crédito bancário.

O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV) divulgou recentemente um estudo que apurou o tamanho da informalidade do mercado de trabalho brasileiro. O referido estudo apontou que o país tem mais de 38 milhões de trabalhadores na informalidade, número que equivale a 41,4% da força de trabalho nacional.

Essa crise econômica, nunca vista no Brasil, afetou drasticamente o mercado de trabalho, obrigando os trabalhadores a aceitarem vagas de menor remuneração. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, divulgou recentemente dados relativos ao 3º trimestre de 2019, ressaltando que 1,8 milhões a mais de trabalhadores passaram a ganhar até um salário mínimo.

Segundo Maricato, “No Brasil, o salário pago aos trabalhadores não permitiu o acesso à moradia digna, segura, e bem localizada, via mercado formal de habitação, ou seja, o custo da moradia nunca foi incluído no salário da maior parte dos trabalhadores.”

Inicialmente, o programa Minha Casa Minha Vida destinava mais de 50% das unidades contratadas para a faixa 1 (famílias com renda de até R\$ 1,8 mil) cujo subsídio respondia por quase 100% do valor financiado, ou seja, atendia as famílias que não podiam obter financiamento.

Com o agravamento da situação fiscal do país, a quantidade de unidades habitacionais destinadas ao faixa 1 caiu para menos de 20% do orçamento.

Quando olhamos os números de forma estratificada do déficit habitacional do Brasil, percebemos de forma nítida que a ineficiência da nossa política pública habitacional é explicada pela elevada concentração de renda, desta forma, dificilmente conseguiremos combater o déficit habitacional, através de uma política pública porque o cerne do problema não é somente a falta de habitações.

Alguns atribuem o fracasso do programa Minha Casa Minha Vida à falta de subsídios governamentais para atender as famílias enquadradas no faixa 1 do programa, porém se analisarmos melhor o contexto, mesmo que o governo continuasse destinando recursos do orçamento para o faixa 1, continuaríamos sem melhorar o tamanho do nosso déficit habitacional.

Na verdade, precisamos entender que a questão do déficit habitacional é uma consequência dos efeitos provocados pela desigualdade social. A elevada concentração de renda está potencializando a necessidade de moradia digna, além de outras consequências sociais.

Portanto, o melhor retrato para traduzir a desigualdade social do Brasil é o tamanho do seu déficit habitacional, porém, antes de atacar o problema do déficit habitacional, precisamos encarar a desigualdade de riquezas, o Brasil precisa viabilizar sua reforma tributária!